

O que vale o trabalho? A economia portuguesa como fonte de desigualdades



● Por JOSÉ REIS *

O objectivo deste artigo é discutir em que medida é que o problema das desigualdades sociais e interindividuais, para lá do que representa em matéria de

acesso aos padrões de capacitação pessoal que a sociedade consagrou, constitui também uma questão directamente associada ao modo como se estrutura o modelo produtivo que suporta a economia, quer dizer, ao *aparelho organizacional* colectivamente criado para gerar valor. Se esboçarmos um quadro que represente minimamente os traços essenciais do processo de criação de riqueza em Portugal, certamente que dele deverão fazer parte os modos como se usa o trabalho, a relação deste com as organizações empresariais, as instituições e os mercados, as formas de repartição do rendimento gerado, etc. Por isso, a análise é deliberadamente assente em informação empírica. Mas não deixo de apontar que este é um campo central do que vem sendo designado análise institucional comparativa, com a qual se procura captar a variabilidade das formas de governação da economia e os modelos nacionais de capitalismo. Aliás, é ainda neste plano que é possível encontrar as mais relevantes variáveis institucionais mensuráveis, como as que se relacionam com a capacidade de negociação entre capital e trabalho, as normas salariais ou a política fiscal, questões que, em última análise, remetem para as condições em que a sociedade estabelece as bases colectivas do seu funcionamento.

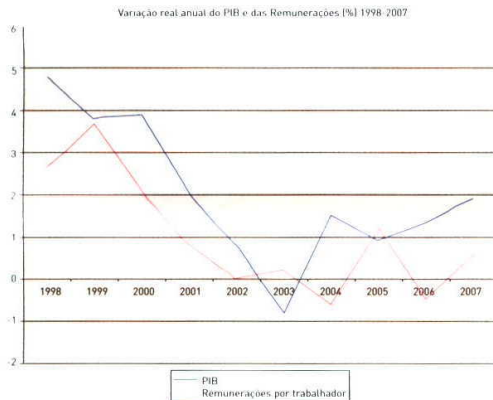
Portugal: uma economia sedenta de trabalho...

Um dos primeiros indicadores que tomo como incontornáveis para analisar em que moldes se estrutura a economia portuguesa do ponto de vista material, produtivo e organizacional é o que tem a ver com a incorporação das pessoas no mercado do trabalho. Vou, por isso, começar por dar a devida atenção ao indicador que nos revela que a nossa economia é altamente dependente da utilização de trabalho. Como se sabe, convencionou-se qualificar esta circunstância como própria de um modelo *extensivo* de crescimento. De facto, acontece que nos dias de hoje mais de três quartos da população com idade entre os 15 e os 54 anos está inscrita no mercado do trabalho. Este amplo «consumo» de recursos humanos – a *taxa de actividade* – contrasta claramente com o que se passa nos outros países da Europa do Sul (da Espanha à Grécia, passando pela Itália e pela França, o valor é sistematicamente inferior a 70%) ou em casos singulares como, por exemplo, o da Irlanda. Ele só tem semelhanças com os países escandinavos, onde as condições do sistema de emprego são radicalmente diferentes, como é desnecessário justificar. Acontece até que aquele rácio tem sido crescente nos últimos anos.

Que ilações podemos tirar desta intensa necessidade de trabalho revelada pela nossa economia, e aliás também demonstrada pela significativa imigração da última década? Estamos certamente perante a demonstração de que o trabalho e o emprego constituem um poderoso mecanismo de socialização na sociedade portuguesa. Essa constatação é positiva, deve ser claramente sublinhada, e indica

que o recurso a instrumentos ditos «assistenciais» não é tão crítica entre nós como poderia ser e como é noutras sociedades.

É sempre útil pensar *ao contrário*. Imagine-se que a taxa de actividade era hoje, entre nós, semelhante à da Grécia. Isso significaria que mais de 700 mil pessoas em idade activa estavam fora de uma relação com o mercado de trabalho. Não será difícil deduzir os impactos que daí resultariam para as empresas, para as políticas sociais, para o processo imigratório. E mesmo que a comparação fosse com a Irlanda, chegaríamos a um valor superior a 300 mil. Em anos recentes estes diferenciais eram ainda mais elevados.



que o sistema de emprego um instrumento justo de inclusão e de adequada retribuição do trabalho? Não me refiro apenas à retribuição salarial, refiro-me especificamente ao modo como o trabalho é feito ou não é feito em contextos positivos, sinérgicos e geradores de capacidades humanas, tecnológicas ou organizacionais.

É bom recordar que as sociedades que apresentam taxas de emprego semelhantes às portuguesas são exactamente aquelas que, por mecanismos bem diversos dos nossos, promoveram activamente a inserção na esfera colectiva do trabalho, organizando sistemas de emprego complexos e activos. É o caso dos países escandinavos, que também registam participações no emprego segundo valores que rondam os três quartos da população em idade activa.

... e com escassa capacidade inclusiva e organizacional

Comecemos por um dado particular. Em 2006, 42% do emprego (de uma amostra de 145 mil empresas, representando 1,7 milhões de trabalhadores) dizia respeito a empresas com as mais baixas produtividades (rigorosamente, as primeiras 25% numa escala crescente de produtividade). No sector dos serviços – aquele que se tornou largamente dominante no emprego –, essa proporção é superior àquela média. Isto significa que temos uma estrutura empresarial em que predominam as situações em que se usa o *trabalho pelo trabalho*.

Assim sendo, os resultados que se alcançam em matéria de criação de riqueza

estão longe de serem os desejáveis. A chamada produtividade aparente do trabalho nacional continua, persistentemente, a não ser superior a metade da média dos países do Euro e, longe de melhorar a sua posição, tende até a regressar. Isto apesar de uma boa parte (quase metade) do crescimento real do produto interno bruto (PIB) na última década ser, exactamente, devido ao acréscimo da força de trabalho inscrita no sistema de emprego.

Na análise do PIB/trabalhador, é hábito do pensamento convencional dar mais atenção ao denominador desta fracção (o que aponta para o trabalho) do que ao numerador (o que mostra que

atingiu em 2007 os 17,6% (nível superior a qualquer ano anterior). A utilização de contratos a termo aumentou para todos os níveis de antiguidade no posto de trabalho até 36 meses. De 1999 para 2007, verificou-se um aumento da probabilidade de novos contratos serem celebrados a termo e mantidos nessa situação durante mais tempo. Pela dinâmica de entrada na vida activa, este fenómeno afecta particularmente os trabalhadores jovens, mas tem-se estendido a todas as idades.

Por este conjunto de razões, mesmo uma fonte tão circunspecta como o último *Relatório do Banco de Portugal* oferece a seguinte conclusão: «esta excessiva rotação reduz os incentivos ao investimento em educação e formação por parte das empresas e dos trabalhadores, e acentua a polarização do mercado de trabalho, afectando negativamente a acumulação de capital humano da economia. A situação agudiza-se dado que a polarização afecta sobretudo os trabalhadores jovens, ou seja, aqueles com maior propensão a investir em educação e formação» (p. 75).

É este fenómeno particular de geração de desigualdades que se revela igualmente no facto conhecido de a taxa de desemprego dos jovens ter variado, ao longo da última década, entre o dobro e 2,4 vezes a taxa média de desemprego. Desde 2004, ao contrário do que, em regra, acontecia em anos anteriores, a taxa de desemprego dos jovens pouco escolarizados (primeiro e segundo ciclos do ensino básico) é superior à média dos jovens. O que nos dá uma medida do significado dos dados perturbadores que mais marcam a condição escolar da população: entre os 20 e 24 anos, os que têm o ensino secundário completo são dois terços da média da União Europeia a 15 (UE15) – 64% da UE27 – e o abandono escolar precoce é mais do dobro do da UE15 (mas grave ainda quando comparado com a UE27).

Além disso, indicadores como o que nos apontam para uma proporção crescente de trabalhadores com horário incompleto (12,1% em 2007; 10,9% em 2000) ou para uma proporção estável de trabalhadores com horário semanal superior a 45 horas (a média anual do período 2000-2007 foi de 13,6%) não sugerem que estejamos perante formas activas, plurais, de valorização do trabalho, mas certamente perante sinais de precarização cada vez mais preocupantes.

A criação de riqueza e a sua repartição: onde estão os custos do trabalho?

A incidência macroeconómica desta morfologia assimétrica do sistema de emprego é fácil de deduzir. Os termos mais elementares do problema parecem-me ser estes: entre 1995 e 2008, a riqueza criada no país (o PIB) aumentou, em termos reais, 32%; contudo, o PIB por trabalhador aumentou menos de metade (15%). Este último valor alinha pela média dos países do Euro, mas é substancialmente inferior ao da UE a 27 (23%) e incomparavelmente mais baixo do que países como a Grécia, a Irlanda, a Eslovénia, a Eslováquia ou a Finlândia, para dar vários exemplos geralmente invocados a outros propósitos.

Vejam mais em detalhe, tomando agora como fonte o *Relatório do Banco de Portugal* referido anteriormente: entre 1998 e 2007, perante uma clara tendência de desaceleração e crise, o PIB cresceu, em média, 2% ao ano.

Neste mesmo período, como o gráfico ilustra, as remunerações médias de trabalho evoluíram sistematicamente aquém do crescimento da riqueza. Requer-se por isso uma grande dose de imaginação para postular que são os custos do trabalho que têm pesado no nosso desempenho económico. Mas a verdade é que a profunda dimensão ideológica que a discussão da relação laboral traz sempre consigo – e que a direita conservadora e os economistas liberais mostram despididamente – aparece a cada esquina. O próprio *Relatório do Banco de Portugal* que tenho estado a citar não se imbe de, nas páginas 208 e 225, apresentar (em termos reais, como deve ser) os valores que me permitiram construir este gráfico e de, nas páginas 132 e 133, tratar as remunerações em termos nominais, para concluir por uma elevação dos custos do trabalho que, afinal, é essencialmente nominal e que, portanto, não justifica as conclusões de excesso salarial. O que acontece, em suma, é que o suposto diferencial negativo entre os acréscimos anuais da produtividade e das remunerações decorre de aquela vir em termos reais e de esta vir em termos nominais. Exactamente a questão que, a outro propósito, Nuno Teles originalmente denunciou, com rigor, no blogue *Ladrões de Bicicletas*, quando também mostrou que os custos unitários de trabalho reais têm seguido em Portugal uma tendência decrescente.

Não pode, pois, deixar de ser convocado um dado cristalino, aquele que evidencia a parte que cabe ao trabalho no rendimento nacional. É útil uma observação de longo prazo para nos situarmos devidamente. Em finais dos anos 60 e em inícios dos 70, quando a industrialização tardia se consolidou – num contexto de escassez de trabalho devido à emigração e à procura interna dos sectores emergentes –, ao trabalho chegou a caber mais de 55% da riqueza produzida. Foi essa a repartição do rendimento em 1971. Com a democratização, os anos subsequentes à Revolução de 1974 colocaram o trabalho numa posição excepcional, que não tardaria a ser «reabsorvida», relegando a sua participação nesse rendimento para o valor historicamente mais baixo, atingido em 1988 (menos de 44%), ou seja já em pleno processo de integração comunitária. Hoje esta relação ronda os 50%.

Trabalho: um espelho rigoroso

O problema da relação salarial não é apenas uma questão sindical e dos trabalhadores. Sendo ela a base da criação da riqueza, indica o que se passa do lado do trabalho e o que ocorre no plano empresarial. Mostra, portanto, o lado dos mais frágeis, sobretudo quando se consolidam assimetrias gritantes e desigualdades perturbadoras. Mas mostra também por que caminhos andam as capacidades colectivas de estruturar a organização social, desde a produção, ao Estado, às políticas públicas, às instituições que nos enquadram.

Por isso, os desafios da economia portuguesa são hoje mais críticos, mas não deixam de ser os de sempre: qualificar, capacitar, incluir, gerar dinâmicas integradoras, em vez de submissões, individualismo, cálculos estreitos, soluções egoístas. O trabalho reclama isso com particular razão. Mas o que fazemos do trabalho é, afinal, um espelho rigoroso do que fazemos com nós todos.

* Economista. Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

1 Estela Domingos et al., *Portugal no Espaço Europeu. Análise das Tendências de Evolução da Produtividade Aparente do Trabalho*, Departamento de Prospectiva, Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Lisboa, 2007, p. 9.

O QUE VALE O TRABALHO?

JOSÉ REIS

[p.3]